

# *Introdução*

Território mais amplo do que os seus próprios limites geográficos, espaço de confluências e divergências, *Salvador da Bahia* oferece-se como lugar histórico de encruzilhadas e marco simbólico de encontros e desencontros entre historiografias. Como o título deste volume deixa transparecer, a cidade é entendida em conexão com outros espaços – baianos, americanos e africanos – e analisada sob novos ângulos. O que faz com que este livro seja uma partilha de estudos sob âmbitos diversos, predominando, entretanto, perspectivas que elegem, maioritariamente, como ponto de partida, geografias extraeuropeias. *Salvador da Bahia* surge como palco de relações atlânticas permitindo destacar a história da África, sobretudo a partir do tráfico de africanos escravizados, mas também como centro de relações continentais, com o interior baiano – Recôncavo e sertões – e com outros territórios brasileiros. Esses olhares trazem à superfície novos atores sociais, um leque diversificado de povos indígenas, clero nativo e, ainda, africanos escravizados, libertos e livres, os quais protagonizam dinâmicas em que os maniqueísmos são revistos e as identidades ganham diversos significados.

A primeira seção deste volume, denominada “Escravidão, comércio e relações de poder: Bahia e a África Ocidental”, incide nas múltiplas implicações do contato mercantil, em particular as nascidas do tráfico de escravizados de África e das trocas de produtos como o tabaco e a aguardente. Circunstância geradora de transformações econômicas, sociais, políticas e culturais decorrentes de um variado jogo de interesses. Dinâmicas essas protagonizadas por homens e mulheres cujas identidades vão sendo construídas em função das respectivas trajetórias.

Os estudos de João Figueirôa-Rego e Camila Amaral tratam de outras dimensões das relações mercantis entre o Brasil e a África. Figueirôa-Rego incide sobre o comércio do tabaco e sua interdependência com o tráfico de escravizados, mas olhados a partir das relações institucionais ligadas ao tabaco, bem como o papel da conflituosidade

velada ou notória entre os actores sociais que interagiam nesse âmbito. O sistema económico atlântico é, pois, observado a partir da macro visão das transações tabaqueiras e, também da micro visão que retrata a actividade dos diversos agentes que, em *Salvador da Bahia*, veiculavam a sua comercialização para diferentes espaços geográficos, no contexto de um monopólio da Coroa Portuguesa, muitas vezes em flagrante antagonismo com os interesses desta última. Por seu turno, a querela em torno do comércio da aguardente entre Bahia e África ocidental é vista por Amaral através da ação preponderante de governador D. João de Lencastre, no sentido num sistema mais de conciliar os interesses antagónicos das diferentes partes envolvidas e os seus enquanto “agente” do tráfico de africanos escravizados.

Os textos de autoria de Daniele Santos, Carlos Silva Júnior e Nicolau Parés, constituem uma tríade, sobretudo por abrirem perspectivas de pesquisa profundamente inovadoras, ainda que tributárias do legado deixado pela forte tradição do estudo da escravidão e do tráfico negreiro desenvolvido na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Daniele Santos aborda um tema importante: os escravos proprietários de escravos na cidade de Salvador da Bahia, ressaltando a complexidade das lógicas do escravismo no Brasil. A autora traça a biografia destes homens cujo estatuto jurídico tornava precária sua condição de proprietários; Carlos da Silva Jr., por sua vez, toma como ponto de partida o protagonismo emergente de Porto Novo na disputa pelo comércio negreiro. Este cenário levou à reconfiguração geopolítica do Golfo de Benim, no período setecentista. O autor evidencia o forte predomínio de negociantes baianos naquela região, bem como os interesses cruzados das autoridades envolvidas nesse contexto; Nicolau Parés centra-se na temática dos retornados agudás e nas dinâmicas sociais e comerciais que desenvolveram na Costa da Mina, estabelecendo redes atlânticas, sobretudo na época do tráfico ilegal de escravos, no século XIX. Para tanto, o autor recorre à reconstrução de percursos excepcionais de libertos africanos que ascenderam socialmente através do comércio escravocrata. Parés esclarece ainda as diferenças de escala, de proporções e de investimentos dos seus negócios face ao tráfico atlântico equacionado como um todo.

Os textos que integram a segunda parte deste livro, intitulada “Povos indígenas, clero e representações simbólicas”, avançam significativamente no estudo da agência indígena, bem como de um tema que só muito recentemente ganhou, verdadeiramente, a atenção dos historiadores: a administração eclesiástica e os seus agentes surgem trabalhados a partir de um enfoque americano mas sem esquecer a influência da matriz cultural portuguesa, presente em normativas e regimentos. Esta perspectiva analítica possibilita destacar a atuação dos vários povos indígenas com os quais os portugueses interagiram, bem como as problemáticas relacionadas com o clero nativo.

Fabrcio Lyrio problematiza as dinâmicas sociais internas e externas dos aldeamentos jesuítas através da análise de uma proposta de regimento elaborada por um

provincial da Companhia em 1745. O documento permite repensar questões relacionadas com a liberdade e a escravidão indígena no Brasil do século XVIII, e com a ação dos índios aldeados. Maria Leônia Resende aborda o clericalo dos padres indígenas, pondo em evidência a criatividade dos processos de elaboração e reformulação de identidades, próprios das situações de contato com a sociedade colonial. Dilemas, vivências antagônicas e oscilações entre culturas constituíram o universo plural americano, reductivamente interpretado pelas historiografias do século XX, na dicotomia “mansidão” e “selvajaria”.

Se nestes textos emerge uma perspectiva focada nos indivíduos e grupos que mais foram atingidos pela colonização portuguesa, Ediana Mendes, por sua vez, fixa o seu ângulo de observação no patamar superior da hierarquia eclesiástica. A autora investiga o perfil de formação dos bispos nomeados para as dioceses do ultramar – Bahia, Rio de Janeiro e Olinda, designadamente os conteúdos aprendidos na Universidade de Coimbra e os ensinamentos adquiridos com a experiência na direção das dioceses portuguesas. Quanto a Jaime Gouveia, este propõe repensar as ideias do luso-tropicalismo. Comparando os índices de luxúria clerical nas duas margens do Atlântico, o autor desvenda realidades equivalentes que contradizem, através de estatísticas e computação de dados, a afirmação recorrente da maior incidência dos comportamentos desviantes nos trópicos.

Por fim, Miguel Metelo de Seixas encerra o livro com uma reflexão sobre a difusão da heráldica no Império português. Esta forma de representação simbólica produzida pelas elites coloniais, primeiramente entendida como mero instrumento de domínio, acaba por se converter também em ferramenta identitária, ganhando desta forma um novo significado nas sociedades que resultaram da conquista e colonização portuguesa.

Este livro resulta de uma investigação efetivamente colaborativa – no quadro de dois projetos, um deles financiado pelas Marie Curie Actions e o outro pelo programa de cooperação entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Brasil – e Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) – Portugal – entre investigadores e/ou professores brasileiros e portugueses em diferentes estágios das suas carreiras académicas. Alguns dos pesquisadores que colaboram neste volume estão ainda em fase de conclusão dos seus projetos de

---

1 No âmbito dos seguintes projetos: “Bahia 16-19 – American, European, and African forging of a colonial capital city –” financiado pela Marie Curie Actions, International Reserach Staff Exchange Scheme, GA-2012-318988, e que reúne equipes de pesquisadores do Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar (CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores), da École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris) e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (PPGH/UFBA); “Uma cidade, vários territórios e muitas culturas. Salvador da Bahia e o mundo Atlântico, da América portuguesa ao Brasil República”, Programa de Cooperação FCT/CAPES.

doutoramento, enquanto outros se encontram numa fase adiantada da sua trajetória científica. Estes dois projectos cumpriram, pois, o seu papel na área da formação avançada. Quanto à originalidade dos debates levados a cabo em Salvador, Lisboa e Paris, foi também reforçada pela heterogeneidade dos temas e pelas abordagens que estiveram sobre a mesa. Longe de estarem isolados em seus objetos de estudo, o projeto Bahia 16-19 proporcionou a seus integrantes a partilha dos resultados das pesquisas e, conseqüentemente, um intercâmbio frutífero. Não se pretendeu aqui enaltecer a cidade de Salvador, nem apontar para a sua singularidade histórica ou eventualmente para as características que tinha em comum com outras cidades ou vilas do Império português. Tampouco se procurou abarcar todas as relações da cidade com os demais espaços imperiais. Apesar de serem monográficos, cada um dos ensaios deste livro resulta de sinergias historiográficas mantidas ao longo da implementação dos dois projetos atrás referidos. Sem dúvida uma das suas grandes mais-valias.

### *Os organizadores*